

ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2017 - ANO XXXVI, NÚMERO 1



UFSC VIGIADA

Nova proposta para segurança do campus violaria o direito à privacidade

Páginas 8 e 9

MEIA ENTRADA

Nova lei obriga alunos a adquirir carteirinha padronizada Pág 6 e 7

EBSERH

O resultado do primeiro ano da nova gestão do HU Pág 11, 12 e 13

ECONOMIA COLABORATIVA

Tecnologia facilita cultura de compartilhar e trocar serviços Pág 14 e 15

Ao entrarmos no Jornalismo da UFSC, logo ficamos sabendo sobre o *Zero*, o jornal laboratório do curso. No começo, o *Zero* trata-se apenas de uma porta azul: poderosa, mas distante. O sentimento é de extremo respeito, desses que a gente sente pelos grandões da primeira série quando estamos no jardim dois. Vão passando os semestres e aquela porta azul vai se aproximando, vai crescendo, cada dia mais, até que um dia, essa porta vem e bate na nossa porta. Entramos no *Zero*. Agora, quando olhamos para trás, percebemos que já não somos os mesmos. Estudar jornalismo é uma coisa que muda muito a gente, e essa edição é um reflexo disso.

Aqui aprendemos que algumas meninas tem superpoderes e podem descobrir como se defender sozinhas. Passamos por professores que nos fazem ver que interesses privados nunca devem se sobrepor aos direitos da população: não importa se estamos falando de saúde ou de meia-entrada no cinema. Aguçamos o olhar para perceber que existe uma linha muito tênue entre vigilância e invasão de privacidade. Acompanhamos a rotina de quem precisa se virar para ter uma formação

e descobrimos que estudar em universidade pública é, quase sempre, muito caro. Pedimos licença para entrar em mundos que não são nossos, como os de pessoas que encontram formas de colaborar umas com as outras pelo compartilhamento de produtos, serviços e, principalmente, experiências. Mas acima de tudo, entendemos que fazer Jornalismo é contar história de gente de verdade: como as de seu Alzemiro e dona Zenilda, que encontraram no aluguel de imóveis para estudantes uma oportunidade de sustento.

Agora, vendo nossa primeira edição pronta, percebemos que o *Zero* é exatamente o que é: um laboratório. Estamos experimentando como fazer esse tal de jornalismo, e nosso ponto de partida é sempre a sua vida. Nosso desafio é produzir informações que interessem ao público, apresentadas na forma de reportagens de qualidade, mas sempre deixando abertura para você formar sua própria opinião. Não tem segredo, tem trabalho. Essa tal porta azul foi construída através do esforço de uma equipe que, mesmo reduzida, ficou comprometida em fazer esse jornal sair. **Boa leitura!**

OMBUDSMAN



Luiza Bodenmüller é formada pela Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina e especialista em Política e Relações Internacionais pela FESPSP. Foi editora online na Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo, editora de blogs no HuffPost Brasil, consultora de comunicação na Rede Justiça Criminal e relações externas no Centro de Referência para Refugiados.

A edição de dezembro do *Zero* aborda uma gama de assuntos, mostrando a capacidade dos alunos em olhar para o jornal e para as pautas sob uma perspectiva mais ampla. Tal tratamento do conteúdo permitiu, inclusive, uma maior organização dos textos de acordo com editorias

mais claras, coisa que não aconteceu nas duas edições anteriores, permitindo ao leitor uma análise mais organizada das pautas.

A reportagem de capa, sobre a questão do aborto, merecia, quem sabe, pelo menos mais uma página, dada a complexidade do tema. Como bem sabemos, este é um tema que desperta paixões e polêmicas, que congrega argumentos míticos e científicos, e ainda que as repórteres tenham feito a feliz escolha de tornar a história de vida da Bruna como um fio condutor para problematizar a temática, penso que outras argumentações poderiam contribuir para o debate.

Reportagens com um caráter mais técnico, como é o caso da reportagem sobre o ransomware, correm o risco de tornarem-se incompreensíveis, em certa medida, para o leitor. Boxes explicativos que deixassem mais claras as características de malwares e ransomwares poderiam ser instrumentos didáticos complementares ao texto. A matéria subsequente, sobre como um usuário pode se proteger, foi solução simples para o fechamento da pauta, mas que apresentou um ótimo resultado, uma vez que instrumentaliza o leitor de forma clara e objetiva.

Quando se fala em entrevista há uma ocorrência comum que envolve o fetiche pela pauta e pelo personagem, que podem causar uma certa “suavização” das perguntas feitas pelo entrevistador. Penso que foi, em partes, o que aconteceu na entrevista com o representante da Mídia Ninja. Há uma série de polêmicas envolvendo o coletivo, em especial desde 2013, que não foram abordadas em momento algum pelas entrevistadoras e que seriam de interesse do público. Para além do Ninja em si, a mídia alternativa pode apresentar padrões de exploração do trabalhador tal qual as estruturas que critica, e isso sempre deve ser um ponto a ser abordado em entrevistas como esta.

No mais, fica a sugestão para dedicar uma edição do *Zero* à temática do racismo, tendo como gancho a matéria apresentada na edição de dezembro. O tema da saúde mental, como abordada no texto sobre depressão, já foi tema do *Zero*, em 2015. O racismo, porém, faz tempo que não recebe o destaque devido do jornal e é um assunto cuja problematização e conscientização vão ao encontro da função social do Jornalismo, que deve ser norteadora a qualquer prática, inclusive à redação do *Zero*.

CRÔNICA

O Copo de Leite Puro

POR ANA LUISA NASCENTES

Conta a minha mãe que, mesmo depois de sair da casa dos meus avós para casar, o leite com nescau que ela tomava continuava a ser preparado. Na minha casa, o hábito não podia ter sido diferente.

Eu devia ter uns oito anos quando, em uma manhã de fim de semana, meu pai me chamou na cozinha, olhou fundo nos meus olhos e, como quem tinha uma missão a ser cumprida, me falou: Ana, você já está bem grande e a partir de hoje a gente vai colocar só uma colher de nescau no seu leite. Olhei, já com saudades, para o copo suado de leite gelado e fiquei tensa. Como era bom o nescau bem concentradinho antes da carona me pegar para a escola! Me veio um pouco de tristeza, mas que logo se transformou em noção de responsabilidade, afinal agora eu era grande!

Mal sabia eu que aquela era só uma das primeiras colheres de nescau tiradas do meu leite. Quantas vieram depois! A colher de nescau pode ter sido os minutos a menos de intervalo na ida para o ensino médio, o(s) amor(es) deixado(s) no intercâmbio, a distância da família na ida para a faculdade, a (boa) parte do salário que vai para o aluguel. Querendo ou não, planejando ou não, a hora do “já estar bem grande” sempre chega. E, no fundo, a gente nunca está completamente preparado para os momentos em que nos é exigido crescer. Com 15, 20 ou 45 anos, a sensação vai sempre ser a mesma dos oito. Quem sabe um dia, eu enfim acorde de manhã, vá para a cozinha e tome, tranquila, um copo de leite puro.

Ou não. Pensei melhor. Vou continuar com a minha colherinha de chá de nescau mesmo.



JORNAL LABORATÓRIO ZERO
Ano XXXVI- Nº 1
Abril de 2017

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários:

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

📱 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994



Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000



Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015



Melhor Peça Gráfica

Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

EQUIPE

Aline Dallarosa Lima, Ana Carolina Thomé, Ana Cristina Machado, Camila Ignácio Geraldo, Clara Comandolli de Souza, Daiane Lara Nora, Gemyma Shirley de Souza Medeiros, Larissa Ferreira Liz, Linda Inês Pereira Lima, Luana Meira, Lucas Venceslau Krupakz Leal, Maria Fernanda Somenzi Salinet, Maria Teresa Mazetto de Carvalho, Pablo Mingoti, Wagner Roberto Locks Reis.

DIAGRAMAÇÃO

Andressa Santa Cruz, Joelson Cardoso e Mariela Cancelier.

EDIÇÃO

Ana Luisa Nascentes, Daniel Bonfim e Isadora Vicente.

CAPA

Andressa Santa Cruz e Joelson Cardoso

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Frederico S. M. de Carvalho
SC 01787 JP

MONITORIA

Amanda Casemiro e Rodrigo Silveira Rocha

IMPRESSÃO

Gráfica Grafinorte

TIRAGEM

5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO

Nacional

FECHAMENTO

12 de abril

Mulheres contra-atacam violência diária

Guarda Municipal de Florianópolis oferece aulas gratuitas de defesa pessoal para elas

O medo e a insegurança acompanham Thamara diariamente no caminho até o trabalho. A designer de moda, de 25 anos, conta que em um dos episódios em que foi vítima de assédio, um passageiro do ônibus em que estava tirou o celular do bolso, apontou para o seus seios e tirou uma foto. “Eu dei um tapa na mão dele, fiz barraco. Foi a primeira vez que me senti assim: preciso me cuidar mais. Não com a roupa que eu uso, preciso me defender de outras formas”. Além de já ter recebido cantadas, comentários obscenos e assobios durante esse trajeto, Thamara conta que certa vez um homem chegou a passar a mão no seu corpo enquanto caminhava na rua. Foi aí que começou a sair de casa com um spray de gengibre na bolsa, comprado em uma casa de pesca. Apesar da sensação de segurança ao portar o spray – que pode ser usado à distância e impede o agressor de abrir os olhos por pelo menos um minuto –, ela também sentiu a necessidade de conhecer técnicas para neutralizar um ataque e estar preparada psicologicamente para se defender em uma situação de risco.

A oportunidade surgiu com as oficinas gratuitas de defesa pessoal para mulheres, oferecidas pela Guarda Municipal de Florianópolis no dia 22 de março como parte da programação do mês das mulheres e do aniversário da capital. Thamara participou das 3 horas de oficina teórica e prática com o instrutor Paulo Limas Filho na base da Guarda Municipal, no bairro Coqueiros. Os dados da violência contra a mulher em Santa Catarina justificam essa iniciativa: só em fevereiro deste ano foram registrados 3.261 casos de lesão corporal, 892 roubos e 488 estupros consumados, segundo as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública (SSP). As 700 inscrições para as 150 vagas do curso de autodefesa demonstram que cada vez mais as mulheres sentem que precisam estar preparadas para se defenderem em caso de violência.

A busca pela independência é outro fator pelo qual mulheres têm procurado técnicas de defesa pessoal. Durante a aula, o comportamento adequado foi demonstrado por meio de simulações de situações de perigo e estratégias para dominar o agressor, sem que seja necessário o uso de instrumentos que possam ferir gravemente. Paulo mostrou que objetos de uso diário, como chaves e canetas, também podem ser instrumentos de autodefesa em um ataque. Com o psicológico preparado, a vítima não será dominada pelo medo e será capaz de agir corretamente, de forma a neutralizar a agressão ou conseguir escapar de uma situação de violência. Entretanto, se o agressor estiver portando armas letais, a recomendação é tentar manter a calma e não reagir a fim de preservar a integridade física e evitar danos maiores. A prevenção é importante para evitar a exposição ao risco, já que o agressor procura pela vítima mais distraída e lugares que favorecem a sua fuga. Atitudes que facilitam o elemento surpresa – estratégia mais utilizada por assaltantes –, devem ser evitadas, como por exemplo utilizar o celular na rua ou no trânsito, estacionar o carro em ruas mal-iluminadas e pouco movimentadas, ficar dentro do veículo estacionado, parar para dar informações.

A autodefesa é um conjunto de técnicas com origem nas lutas marciais, como Aikido, Krav Magá e

Judô, e foi adaptada para que pessoas possam se proteger na vida cotidiana. A base da autodefesa é o preparo emocional para enfrentar possíveis situações de perigo aliado às técnicas que envolvem o uso da força física. A importância do curso de autodefesa vai além da insegurança nas ruas: é dentro da própria casa onde há mais registros de violência contra a mulher. Em Santa Catarina, a cada 12 horas uma mulher sofre algum tipo de violência doméstica e a cada oito dias uma mulher morre por causa deste crime, de acordo com o estudo apresentado pelo Mapa da Violência de 2015 e dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP). Como no caso de Edna, de 55 anos, que sofreu violência doméstica, física e psicológica, durante 17 anos de casamento. “Pra mim a violência maior era quando ele começava a me humilhar, entende? Às vezes eu desejava que ele me desse logo um tapa na cara”, desabafa. Hoje, quase 20 anos após o divórcio, Edna ainda procura formas de se proteger e foi este o motivo pelo qual se inscreveu no curso.

Ainda que casos de violência doméstica contra a mulher ocorram frequentemente, muitas vítimas não procuram o Estado para a defesa de seus direitos. Para a delegada Patrícia Maria D’Avila, o silêncio é uma condição

histórica em que a mulher é vista como propriedade do companheiro. “Em muitos casos, a mulher se

auto censura, ela se pergunta se a culpa da violência é ela ou não; também tem a questão da vergonha, medo de ser julgada pelos outros, medo da exposição pública. Outro desafio que dificulta a atuação dos órgãos competentes na punição do crime é em relação à mulher que volta a conviver com o agressor por motivo de medo, questões financeiras, pressão da família ou por acreditar que a pessoa irá mudar de

comportamento. As denúncias podem ser feitas em duas categorias: 1. violência contra a mulher, que é toda e qualquer violação cometida em via pública ou privada (exceto dentro da residência da vítima); 2. violência doméstica, que é a violação cometida dentro do seu lar. A agressão pode ser sexual (estupro, toques, assédio), psicológica (xingamento, manipulação, ameaça, injúria), física (que traga danos a vida da vítima ou material) ou patrimonial (destruição de bens materiais e objetos pessoais). A denúncia é anônima e pode ser feita em qualquer delegacia ou pela Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).²

Fotos: Aline Dallarosa Lima/Zero



Preparo físico e psicológico são fundamentais para neutralizar o ataque

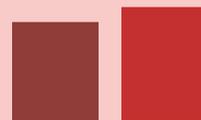
Crimes contra mulheres registrados em Santa Catarina no mês de Fevereiro de 2017

Violência contra mulher

Qualquer ato cometido contra a mulher de aspecto psicológico, sexual, que cause lesões físicas ou danos materiais

4.750 registros

44%



56%

Violência doméstica

Cometida ou omitida dentro da casa da vítima. O agressor pode ou não ter grau de parentesco

6.062 registros

Dados: Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP/SC

Spray de pimenta é proibido

É comum em filmes norte-americanos cenas em que a mulher usa um spray de pimenta para se defender de bandidos e agressores. No Brasil, o uso e a comercialização do spray de pimenta malagueta por pessoas comuns é ilegal. A versão da arma de bolsa que é permitida por aqui é o spray de gengibre, que, assim como o spray de pimenta, possui uma capacidade altamente irritante ao entrar em contato com as mucosas. A pessoa atingida terá dificuldades para respirar e não conseguirá abrir os olhos por alguns minutos, tempo suficiente para a vítima se deslocar para um local seguro e pedir ajuda. Pode ser facilmente comprado em sites de lojas especializadas em artigos de defesa e em lojas de pesca. O preço média varia entre R\$ 70 a R\$ 100.

Aline Dallarosa Lima

adallarosalima@gmail.com

Gemyma Medeiros

gemyma.salmus@gmail.com

Websérie pensada por mulheres para mulheres na UFSC

SUPER foi criada por estudantes do Curso de Cinema e conta a história de quatro meninas que descobrem ter superpoderes

Cláudia, Renata, Super e Olívia são mulheres que descobrem ter super-poderes e, juntas, tentam entender melhor suas novas habilidades. É sobre elas e suas trajetórias que a micro-websérie SUPER trata. Criada por Caroline Mariça, Lara Koer, Maria Fernanda Bin e Viviane Mayumi, a produção foi lançada no Youtube no dia 21 de março e terá, ao todo, sete episódios. A ideia surgiu como Trabalho de Conclusão do Curso de Cinema da UFSC e começou a ser produzida em 2015. Com 80% da equipe formada por mulheres, a série aborda feminismo e empoderamento. Além da indicação para melhor roteiro de ação no Festival Rio WebFest, a equipe concorrerá no Festival Berlim WebFest em categoria a ser divulgada. Carol, Lara e Bin conversaram com a equipe do *Zero* e contaram sobre como é ser mulher no mundo do cinema e os desafios de uma produção independente.

Zero: Super é uma menina comum que acorda e descobre que tem a capacidade de se teletransportar sempre que espirra. De onde veio essa ideia?

Lara: Cara, a ideia de um espirro teletransportar surgiu porque alguém fez uma piada dizendo que às vezes a gente espirra e parece que vamos abrir o olho e estar em outro lugar. Eu achei isso muito engraçado e comecei a imaginar as situações esquisitas em que isso podia acontecer.

Bin: Era quase o primeiro episódio já.

Lara: É, eu fiquei com isso guardado e eu pensava “tá mas o que que eu vou fazer com isso? Pra onde vai essa história?”. Até que a gente se aproximou muito e a gente tava começando a se envolver com o movimento feminista e eu mostrei o roteiro para Bin e falei: “Cara, eu acho que essa descoberta de poder, que é um poder completamente aleatório, é um pouco isso que a gente tá passando, de descobrir nossos poderes no feminismo”. Inclusive, uma coisa que a gente se apropriou para criar a narrativa foi a Jornada do Herói, que é uma estrutura de roteiro para criar histórias usada desde o épico grego. A gente pensou que seria muito interessante se apropriar dessa ferramenta para fazer a “jornada da heroína”. Que não tem nada de novo nesse sentido (narrativo) mas é completamente revolucionário porque...

Bin: Porque tá tratando da história de uma mulher.

Z: Isso quanto a Super, né? E as outras personagens? Como vocês foram criando as personalidades e o super poder que cada uma ia ter dentro da trama?

Lara: Então, a ideia é discutir esses poderes de forma alegórica, em ne-

nhum momento a gente fala exatamente o que está acontecendo, mas a gente planta uma sementinha.

Bin: É, aí é que tá, todos esses poderes e situações são coisas que as mulheres têm dentro de si e às vezes a gente se esquece, né?

Lara: É, o negócio de ler mentes está muito relacionado a ser empática com outras mulheres. É você estar no meio da rua a noite e...

Bin: ...e você olhar pra trás e ver uma menina, olhar no olho dela e saber que ela tá pensando a mesma coisa que você.

Lara: Que ela também tá com medo...

Bin: Sim.

Lara: E a invisibilidade a gente acabou relacionando muito com a questão da objetificação do corpo, de você ser vista pelo seu corpo, então se você desaparecer...

Bin: Aí você pode ser vista pelas suas ideias.

Lara: Pelas suas ideias, pela sua fala...

“VOCÊ NEM SABE QUE TEM UM SUPERPODER. VOCÊ É ENSINADA QUE É FRACA E QUE SERVE PRA CUIDAR E FICAR QUIETA”

LARA KOER

Bin: É sobre essa vontade que a gente acaba tendo de sumir às vezes. Por causa desse olhar que muitas vezes é violento, né?

Lara: E também tem a super força da Claudia, que é uma força física. Uma mulher nunca é vista pela sua força física. E ela é a personificação disso, esse é o poder dela.



Maria Fernanda Bin e Lara Koer foram convidadas para apresentar SUPER em Berlim

Z: A música-tema da série fala que “pra quem é menina não se ensina um super-poder”. Que super poder seria esse?

Lara: É no sentido de que você nem sabe que você pode ter um super poder, você é ensinada que você é fraca, que as únicas coisas que você vai fazer é cuidar e ficar quieta.

Bin: Meninos, desde pequenos, são influenciados a descobrir, a explorar, a se superar, e as mulheres acabam sendo superadas. Os heróis sempre são eles. É muito difícil para as mulheres se verem como super heroínas.

Z: E as super-heroínas do cinema ge-

Lara: As super heroínas dos filmes que a gente vê normalmente estão ali para o prazer do olhar masculino. Super é feito de mulheres e para mulheres. Isso vai desde a forma com que elas falam, da postura que elas têm, da personalidade de cada uma, até o figurino e o enquadramento. (Em Super) A gente não vê uma escolha de enquadramento que aparece a bunda da mulher, enquanto se você vai ver um filme da Marvel tá lá a Scarlet Johanson sempre enquadrada do joelho pra cima.

Bin: Tivemos que ter um pensamento ativo para não reproduzir essas coisas também. Como enquadrar a mulher de uma forma que não seja o olhar masculino? Até a Carol pode falar melhor disso...

Carol: Por mais que sejamos mulheres, quando a gente vai tentar fazer alguma coisa diferente, a gente ainda tem o olhar muito viciado porque todo o audiovisual que a gente consumiu até hoje foi feito por homens. Então, a cada segundo, a gente tem que perceber: “ó, isso aqui que eu to fazendo eu to reproduzindo o machismo de novo”. Era cada minuto, era realmente um pensamento ativo como se tivesse...

Bin: Se reeducando. Tentamos fazer aquilo que a gente queria consumir quando nós éramos o nosso público-alvo, que são gurias mais novas, de 13 a 17 anos. Queríamos mostrar como essas meninas se veem também. Que não é dessa forma sexualizada que sempre vemos.

Ξ: E de que outras maneiras o machismo aparece no mundo do cinema?

Bin: Vai desde uma questão mais básica, de você ter uma dificuldade de achar mulheres em certas funções, como maquinário ou elétrico, até dinâmicas de set mesmo. O cinema é uma coisa muito hierárquica.

Carol: Geralmente o diretor é o “gênio”, e o resto das pessoas estão ali para fazer os desejos dele. Isso vai se reproduzindo dentro de cada equipe e acaba se tornando um ambiente opressor.

Bin: É aquela coisa que a gente escuta de todas as profissões. O que a gente vê é que homens têm muita dificuldade de ouvir as ideias de mulheres, né? E até os homens que se dizem “desconstruídos” às vezes só fingem que escutam. É ser constantemente questionada. Ser desrespeitada não só intelectualmente, mas também fisicamente com piadas e cantadas. Quantas meninas não passam calor em set porque vão toda cobertas para não dar brecha pra assédio, né?

Ξ: É diferente trabalhar em um ambiente em que a maioria é mulher? Como foi a experiência?

Lara: Foi uma experiência de muito diálogo e muito respeito. Como a série discute justamente um tema feminista, todo mundo dialogou sobre isso. A gente construiu relações para além do set e trocou vivências com mulheres

denar, mas toda a equipe trabalha em prol do projeto e acreditando no que estamos fazendo.

Carol: A gente não chegou a quebrar o papel que cada um desempenha no set, porque esse é um modelo que funciona para a “dança do set”. Você tem aquele dinheiro para gravar naquele dia, naquela locação, e tudo precisa ser feito muito rápido, com cada um centrado na sua função e afinado com a proposta para executar o projeto da melhor forma possível.

Ξ: Além da equipe ser formada em maioria por mulheres, muitos dos homens que participaram são gays...

Lara: São os homens com quem a gente conseguia dialogar de alguma forma. Porque o homem que entrasse na equipe precisava estar disposto a baixar a bola e saber a hora de escutar.

Ξ: Fazer cinema independente não é fácil. Quais foram as principais dificuldades?

Carol: A gente não foi no tudo pela arte. Muitas vezes não pegamos a melhor câmera para alimentar melhor a equipe e, assim, foi a melhor comida de set da vida (risos).

Bin: Todo mundo é voluntário. Começou com o nosso TCC, mas virou mais que isso. É claro que a gente queria um produto de qualidade e que rendesse. Na hora de colocar na balança pesou mais que a experiência fosse boa para todo mundo. São escolhas. Boas condições de trabalho para a equipe

no youtube? Como vocês acham que a internet está afetando o mundo das produções audiovisuais?

Lara: Como o nosso público-alvo são meninas jovens e queríamos que chegasse no maior número de meninas, o Youtube foi a primeira resposta. Além disso, a gente sabia que não teria dinheiro para produzir muitos minutos de filmagem. A gente brinca que, se fosse um hambúrguer, seria só a carne, um tweet audiovisual. Então é legal experimentar isso, sabe? É um risco. A gente está vendo se vai colar ou não. O mercado visual brasileiro e a distribuição são extremamente centralizados em uma rede de pessoas que têm interesses próprios. Na internet não tem isso.

Bin: Dentro das nossas possibilidades, era a melhor forma de atingir o maior número de lugares. E ter um produto de fácil acesso vai desde distribuir na internet, até pensar em acessibilidade. Vimos que precisávamos fazer versões em libras e com audiodescrição. Quando todos os episódios forem lançados, vamos liberar as versões acessíveis para que a nossa prática esteja alinhada a nossa proposta.

Lara: Outra vantagem de lançar na internet é que a TV nem sempre acompanha o nosso discurso. A internet permite ter um conteúdo que de repente, não vai atingir milhões de pessoas, mas vai chegar nas verdadeiras consumidoras.

Ξ: Vocês tem alguma história engraçada, alguma coisa divertida de bastidores para nos contar?

Bin: Divertida não (risos), mas coisas desesperadoras que agora a gente ri.

Lara: A Carol entrou no projeto porque a gente estava procurando uma diretora de fotografia. Ela estava fazendo intercâmbio na Bélgica quando a gente mandou uma mensagem perguntando se ela voltaria do intercâmbio em agosto (de 2015), explicando o projeto e pedindo uma indicação de outra menina pra fazer a direção de fotografia caso ela não pudesse. Mandamos o roteiro e ela só respondeu “e se eu comprar a passagem pra tal dia, seria bom?”.

Bin: Em uma das gravações, a gente tinha dois dias pra gravar na locação da casa da Olívia. No primeiro dia, depois do almoço, a Celesc resolveu trocar os postes da rua.

Carol: O detalhe é que isso levava cinco horas. E a gente dependia da luz do sol pra gravar.

Bin: Não dava para carregar as baterias, para ligar as luzes... nada! Mas no fim deu tudo certo, e deu tudo certo porque todo mundo ali estava a fim de resolver. Sentamos todos juntos e tentamos achar uma solução em equipe.

Lara: Também aconteceu de algumas crianças estarem brincando na quadra do prédio, e a gente pedir pra fazerem silêncio porque estávamos gravando e eles perguntarem “é pra Globo?”, e a gente “é, é pra Globo sim!”. Deu certo, eles ficaram bem quietinhos, pediram para filmarem eles, a gente filmou. (risos)

Carol: Também teve um dia que a gen-

te foi gravar em um bar e usaríamos uma parede que tinha uns grafites maravilhosos. Era perfeito. Mas quando fomos gravar, chegamos no bar e eles tinham pintado a parede de branco.

Lara: Tivemos que repensar tudo, mas ficou a nossa melhor cena. É o meu episódio favorito.

Ξ: E agora, segunda temporada? O que vocês querem pro futuro?

Lara: A gente quer, sim, uma segunda temporada. Temos o projeto de fazer uma segunda temporada com esse mesmo tipo de formato, episódios curtos para o youtube. Ou vender para o netflix, por exemplo. Estamos esperando e nos planejando. Podíamos fazer a Super para o resto da vida, história para isso tem. Quando as pessoas virem o último episódio (da primeira temporada), ficarão com aquela dúvida “o que será que vai acontecer?”.

Bin: São episódios seriados, mas que, juntos, funcionam como piloto para uma série com episódios maiores de 20 minutos. ☺

.....
Ana Luisa Nascentes

analuisapns@gmail.com

Daniel Bonfim

danielbonfim@gmail.com

Isadora Vicente

isadoravicente96@gmail.com

+ WebSéries



Romeu & Romeu adapta a clássica história de amor “Romeu e Julieta”. Meninas do Super: “É uma série lgbt, eles são incríveis, o roteiro é muito bom e os atores são excelentes”.



Eixos retrata Brasília pós-apocalíptica no ano de 2060. Meninas do Super: “É um equipe formada majoritariamente por mulheres, tecnicamente incrível”.



Mulheres em Série desafia o público a desmistificar a figura da “mulher padrão”. Meninas do Super: “Discute o assunto mulheres trans, é demais”.



Divulgação / SUPER

O superpoder de cada personagem faz referência à pautas do movimento feminista

que vieram de vários lugares e estavam em diferentes momentos da vida.

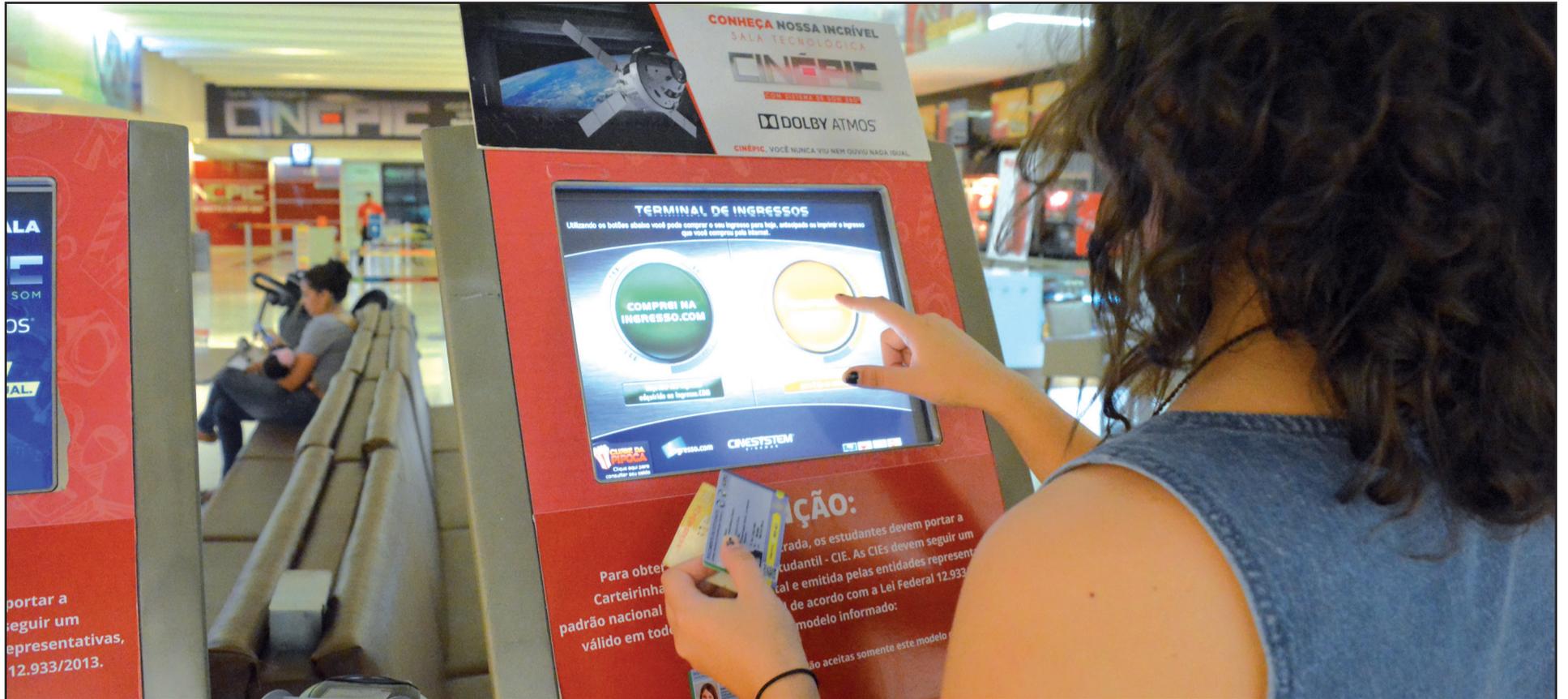
Bin: Foi maravilhoso. A gente sabe como o processo de produção funciona normalmente e tentamos fazer de outro jeito. Quando a gente fala de set, é 80% masculino. Ninguém questiona isso. Eu já participei de vários projetos em que a única mulher do set era eu. O resto era homem.

Carol: Geralmente, trabalhamos com papel de produção e a galera associa com papel de mãe. Vendo a mulher como aquela que cuida das outras pessoas e não como uma profissional.

Bin: Com a SUPER não tinha essa de ideia de responder a uma chefia. É claro que precisa de pessoas para coor-

transparece no resultado final. As pessoas não estavam ali pela gente, elas estavam ali porque elas gostavam do projeto, gostavam da ideia e acreditavam que o talento e o tempo delas estavam sendo bem aproveitados. Essa era nossa maior preocupação. Contamos com o apoio da universidade. Agora o curso já está bem melhor, mas na época que a gente gravou, não tinha tanta estrutura assim. Então, a gente precisou alugar. Foi também “chorando” bastante, explicando que era produção universitária. Isso tivemos que bancar.

Ξ: Por que vocês optaram por contar essa história no modelo de websérie



Estudantes, idosos acima de 60 anos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes, e professores têm direito ao benefício, mas apenas para o ingresso de valor mais barato

Como funciona a lei da meia entrada

Enquanto empresas se adaptam às novas regras, estudantes confundem procedimentos

O ingresso do tipo meia entrada da estudante de Direito Letícia Neves foi negado em um estádio de futebol em Florianópolis, por ela não possuir a carteira de estudante no padrão nacional. Com o comprovante de matrícula assinado, Letícia tentou argumentar com o funcionário da entrada, que não aceitou o documento, pois o clube exigia a carteira de identificação estudantil no modelo nacional conforme consta em lei. O estabelecimento estava certo: desde 2015 todos os alunos que desejam ter acesso a meia entrada devem possuir a nova Carteira de Identificação Estudantil (CIE), conforme previsto na Lei nº 12.933.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os estudantes de graduação e os alunos do Colégio de Aplicação têm a possibilidade de conseguir o documento padrão de identificação produzido pelo Diretório Central dos Estudantes Luis Travassos (DCE). Quem faz pós-graduação deve solicitar à Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

A carteira produzida pelo DCE da UFSC custa R\$ 20, valor R\$ 12 mais barato que a identificação impressa pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e para adquiri-la é preciso entrar no site do DCE e acertar o pagamento online. De acordo com a atual gestão do diretório, a carteira pode ser entregue num prazo de 10 a 16 dias e deve ser retirada na sede do DCE, com algum representante do seu centro de ensino ou

centro acadêmico (CA). O documento tem validade até março do ano subsequente de sua emissão.

A estudante do Curso de Farmácia da UFSC, Flávia Kyara, há dois anos encomendava a carteirinha pelo site da União Nacional de Estudantes (UNE). Ao saber que o DCE estava imprimindo uma com valor menor, ela resolveu cancelar a renovação de Brasília, e pedir o documento local. De acordo com Flávia, poucas colegas de seu curso sabem sobre a possibilidade de se fazer a carteira na UFSC por falta de informação. “As pessoas podem pagar mais barato fazendo a carteirinha aqui, mas não sabem disso. Flávia pediu sua carteirinha do DCE no dia 6 de março

“ACHO ABSURDO COMPROVAR QUE SOU ESTUDANTE PAGANDO PARA TER UMA CARTEIRINHA”

DÉBORA BALDISSERA, ESTUDANTE DE JORNALISMO

e o documento só chegou ao centro acadêmico do seu curso no dia 3 de abril. A estudante ficou perdida sobre onde deveria retirar a carteirinha. “Ficou meio confusa a informação, disseram que iam entregar para cada centro acadêmico ou que estaria na sede, mas ainda não consegui pegar”, diz Flávia.

Entre os alunos entrevistados, o ponto de maior discussão está nos R\$ 20 pagos na carteirinha. Para Flávia, considerando que o valor precisa ser dado uma vez por ano, “parece justo”. Mas a estudante reconhece: “sei que muita gente passa trabalho para pagar”. A estudante de Jornalismo Débora Baldissera considera um erro o estudante precisar pagar pela carteirinha. “Acho meio absurdo comprovar que sou estudante pagando para ter uma carteirinha, sendo que não pago nem para estudar”, diz Débora, que adquiriu a carteira produzida pelo DCE na primeira semana de aula. “Mas achei mais fácil fazer a carteirinha porque é aceita em todos os lugares como comprovante”.

DCE faz a carteirinha, mas não responde pergunta

A aluna do Curso de Letras Inglês da UFSC, Marília Dagostin, diz que não pretende ter a carteirinha. “É um absurdo. Estamos pagando para usufruir de um direito. E acredito que os R\$ 20 não estejam no custo de confecção da carteira. Eles estão pagando outras coisas. Mas o que?”, questiona a estudante.

A pergunta de Marília não pôde ser respondida pela reportagem. Durante a apuração desta matéria, a equipe do Zero procurou o DCE por diversos meios: presencialmente, por telefone, email e WhatsApp. Por duas semanas, a atual gestão não respondeu a todas as perguntas feitas por e-mail e desmarcou as entrevistas pedidas pelas repórteres. A

Eventos têm que garantir cota mínima

Quem tem direito a meia entrada hoje no Brasil são estudantes, idosos acima de 60 anos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes, e professores. Além de exigir a carteira padrão, a nova lei determina que a venda de pelo menos 40% dos ingressos seja reservada para meia entrada. Se o cliente apresentar o documento necessário e for barrado porque a casa não está atendendo à exigência mínima de ingressos do tipo, deve procurar o Procon. As reclamações mais frequentes recebidas pelo Procon são sobre a meia entrada em eventos que possuem divisões de espaços e preços diferenciados como pista, pista VIP e camarote. Nesses casos, o benefício é válido apenas para o valor de ingresso mais barato. “Camarote e open bar não se aplica a meia entrada, e essa é a questão que causa maior conflito. Nós entendemos que, se o promotor do evento colocou os 40% dos ingressos [comuns, tipo plateia] disponíveis para meia entrada, o número não precisa se aplicar para camarotes ou pistas VIP”, diz o Secretário de Defesa do Consumidor, Tiago Silva.

resposta veio de Alessandra Baraúna, assessora de comunicação do diretório, por WhatsApp.

“Por motivos financeiros, desde o custo de implementação a até mesmo de pagamento inicial do pontapé do projeto da CIE do DCE, o diretório não possui recursos financeiros suficientes para arcar com o custo das carteirinhas de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. Por isso, estamos recomendando a entrarem e pedirem a mesma pelo site da UNE, já que a entidade fornece este mesmo documento sem custo para esse grupo discente, desse modo garantindo o seu direito”, escreveu Alessandra. Ao receber a pergunta sobre a distribuição do custo da carteirinha, a assessora informou que “não sabia das finanças” e não respondeu ao questionamento.

De acordo com o advogado Leonardo Busnello, mesmo em instituições públicas, a carteira de estudante não possui a obrigação de ser oferecida gratuitamente. “A princípio, não há ilegalidade na cobrança de taxa para confecção da Carteira de Identificação Estudantil (CIE), tendo em vista o caráter facultativo da emissão do documento”, explica.

Identidade Jovem e Carteira Mundial do Estudante

Com a Lei da Meia Entrada, que entrou em vigor em dezembro de 2015, também foi instituído em 2016 o “Programa Identidade Jovem”, que contempla jovens de 15 a 29 anos com renda social menor que dois salários mínimos e que estejam incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

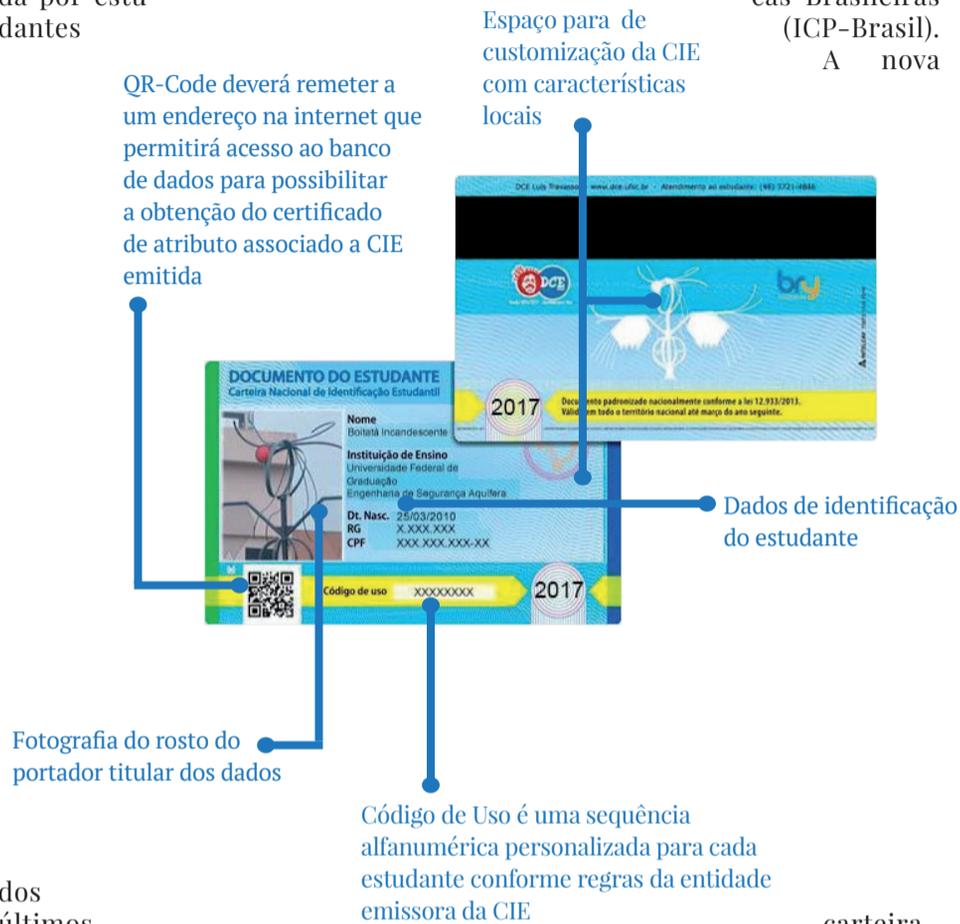
O Programa Identidade Jovem, além de oferecer 50% de desconto no valor cobrado em eventos esportivos, artísticos e culturais, também oferece duas vagas gratuitas em viagens interestaduais. Nesse caso, não é necessário ser estudante nem gastar com a impressão da identidade: é possível utilizá-la de forma digital. O período de validade da carteirinha é de 30 dias, que pode ser renovado pela internet ou pelo aplicativo no smartphone.

Além das carteirinhas nacionais, a Carteira Mundial do Estudante existe desde 1953, e passou a ser de responsabilidade da Unesco em 1968. Essa carteirinha é um documento de identificação internacional reconhecido em mais de 130 países e oferece benefícios em serviços de estabelecimentos do mundo todo. A partir de 2017, e em parceria com a Federação Nacional dos Estudantes Livres, essa carteirinha internacional também terá o benefício da meia entrada garantida para eventos culturais.

A Carteira Mundial do Estudante pode ser adquirida por estudantes

de estudante, que foram ficando cada vez mais frequentes, e a falta de controle do acesso à meia entrada fez com que os produtores de eventos culturais, esportivos e artísticos aumentassem o preço dos ingressos. Por isso, a instituição viu a necessidade de tomar providências e passar a produzir a carteirinha no modelo padrão nacional.

O que diferencia a CIE padronizada do documento disponibilizado anteriormente pelas instituições é o certificado de atributo, um atestado digital no modelo da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). A nova



dos últimos anos do ensino fundamental, ensino médio, graduação, pós-graduação, mestrado, MBA (Master of Business Administration), doutorado e cursos técnicos. Vale ressaltar que essa carteirinha não é válida para alunos de cursos que não sejam autorizados pelo MEC.

Fraudes motivaram mudança

A União Nacional de Estudantes (UNE) alega que a falsificação das

carteira também contém um código de barras e um QR Code para que a bilheteria possa receber mais informações sobre o estudante. De acordo com o secretário de Defesa do Consumidor, Tiago Silva, o novo padrão da carteirinha estudantil ajuda os estabelecimentos a evitar fraudes na comprovação da meia entrada. “Nós entendemos que a carteirinha da UNE nos dá muito mais acesso aos serviços culturais

da cidade, e também é difícil para alguns estabelecimentos culturais reconhecerem o atestado que os estudantes levavam, então nós optamos pela exigência da carteirinha”.

Segundo o Procon, não há abertura de processos para reclamações relacionadas a meia entrada, normalmente os problemas são solucionados em contato direto com a empresa ou estabelecimento que está sendo acusado de cometer alguma irregularidade. Assim como não há dados relacionados ao número de reclamações dos clientes, também não existe um levantamento nacional ou municipal do possível número de fraudes na meia entrada, mas mesmo assim os estabelecimentos alegam se sentirem mais seguros contra as irregularidades. A reportagem procurou o Teatro Álvaro de Carvalho e o Teatro do CIC, que afirmaram estarem recebendo somente a carteira padronizada. Os cinemas do Shopping Iguatemi e do Beiramar Shopping também passaram, a partir de abril, a aceitar apenas o documento exigido por lei. O mesmo se aplica para os estádios de futebol da grande Florianópolis.

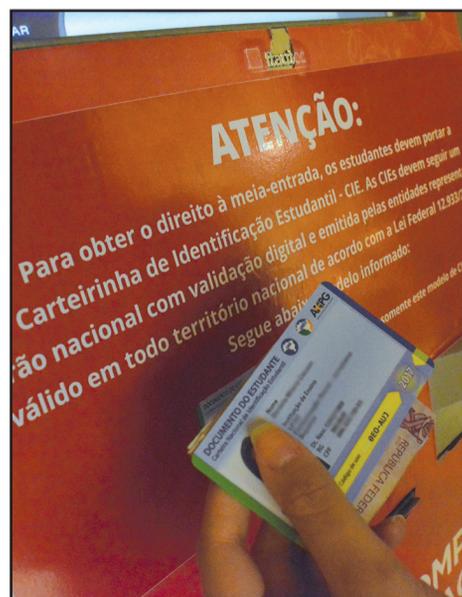
A Blueticket, empresa de vendas de ingressos online, incentiva seus clientes a terem a CIE no modelo padrão, mas dizem que cabe ao estabelecimento aceitar ou não outros documentos. De acordo com Tiago Silva, “se você comprar seu ingresso antecipadamente e for do tipo meia entrada, o estabelecimento pode pedir tanto na hora da compra quanto na entrada do evento um documento que comprove que você tem direito ao benefício. Isso é outra forma até de evitar fraude, porque tem muitos que compram como estudante e na hora não apresentam a carteirinha, aí o ingresso não tem validade”.

.....
Ana Cristina Machado

anacristinaaamj@gmail.com

Camila Geraldo

camilaignaciogeraldo@gmail.com



Cinemas passam a exigir nova carteirinha

Como fazer a carteirinha do DCE da UFSC

- PASSO 1**: acessar o endereço www.cie.dce.ufsc.br
- PASSO 2**: solicitar por meio da autenticação do IdUFSC que seus dados serão retirados automaticamente do CAGR
- PASSO 3**: enviar uma foto 3x4 com rosto visível
- PASSO 4**: realizar o pagamento por meio do Pagseguro

A carteirinha ficará pronta em um prazo médio de 10 a 16 dias e poderá ser retirada na sede do DCE, com algum representante no Centro de Ensino ou no Centro Acadêmico.

UFSC revê sistema de vigilância do campus

Após apuração do Zero, universidade deve cancelar acesso às câmeras de segurança

A Secretaria de Segurança Institucional (SSI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) preparou dois novos sistemas para auxiliar na segurança do campus: os drones, que já estão sobrevoando a universidade, e o Rota Segura, um possível aplicativo que permitiria aos estudantes acessar as imagens de 15 a 20 câmeras da UFSC, 24 horas por dia, de qualquer computador ou smartphone através do IDUFSC (registro individual acessado com uso de senha). A ideia inicial era liberar as imagens das câmeras, em tempo real, dos pontos mais movimentados e iluminados do campus, para estudantes que possuíssem o cadastro no sistema. Após a repercussão na mídia e a apuração da equipe do *Zero*, a possibilidade de acesso das imagens começou a ser repensada pela universidade, pois envolveria o direito de imagem e de privacidade da comunidade acadêmica.

As fotografias e os vídeos feitos pelos drones podem ser vistos em tempo real apenas por quem estiver operando o equipamento naquele instante e não seriam disponibilizados no aplicativo. Essas imagens, porém, são armazenadas no cartão de memória acoplado no dispositivo e, posteriormente, poderão ser baixadas para outros aparelhos eletrônicos, como o computador. A ideia é de que os sobrevoos ocorram todos os dias, ao menos uma vez pela manhã e outra à tarde, com duração de 20 a 25 minutos. Os dois drones, modelo Phantom 3, foram apreendidos pela Receita Federal e doados à universidade, por isso o custo será somente de manutenção. Segundo Leandro Luiz de Oliveira, diretor da Secretaria de



Fotos: Lucas Krupacz/Zero



Drones são eficientes porque são discretos e percorrem longas distâncias rapidamente

Segurança Institucional, o valor investido nos drones é baixo se comparado aos benefícios que esse sistema pode trazer. A qualidade da imagem e a mobilidade seriam outras vantagens da nova ferramenta. As grandes áreas de estacionamento na UFSC e o trânsito em horário de pico dificultam a mobilidade da viatura. “Com um drone circulando, economiza combustível, economiza o estresse do condutor do veículo e amplia a ação da segurança”. A ideia do Rota Segura existe desde o ano passado. Do total de 1300 câmeras da UFSC, seriam selecionadas de 15 a 20, das principais entradas do campus e locais com boa iluminação.

Durante uma semana, a equipe do *Zero* entrou em contato com os responsáveis pelo desenvolvimento do aplicativo Rota Segura. A abertura das câmeras à comunidade acadêmica, até então, seguia como planejada. Após entrevistas com especialistas em direito à privacidade, o projeto foi repensado. Entenda o caso:

27 de março

Em entrevista concedida ao *Zero* pela manhã, o diretor da Secretaria de Segurança Institucional afirmou que a ideia era de que um aluno, por exemplo, que estivesse trabalhando em algum laboratório durante a madrugada,

pudesse verificar como estaria o trajeto. Na ocasião, quando questionado sobre uma situação inversa, se a visualização dessas imagens servisse para quem quisesse praticar algum ato ilegal, como um assalto, a fim de verificar onde existisse movimentação, Oliveira argumentou: “Nós podemos ter um hacker que acesse as 1300 câmeras da UFSC, por exemplo. Se tu for trabalhar com essa perspectiva, não instala câmera nenhuma. Então, vamos arriscar: começou a ter acesso inadequado, a gente traz isso de volta só para a equipe de segurança da UFSC”.

29 de março

O site de notícias UOL, no início da manhã, publicou uma reportagem na qual afirma que “pais poderão vigiar os estudantes por meio das câmeras instaladas no campus”, o que tem, segundo o portal, gerado polêmica. Ao longo do texto, há depoimentos de alunos e pais a favor e contrários ao novo projeto de segurança. Na mesma reportagem, o chefe de gabinete da Reitoria, Aureo Mafra de Moraes, afirmou que “há muitos pais preocupados que cobram ações da Universidade, e têm boas relações com os filhos, que não se importarão de serem vistos. Outros alunos criticam porque não querem que os pais vejam o que estão fazendo”.

No início da tarde, a reportagem conversou com o professor de Direito da UFSC e coordenador do Observatório de Direitos da Personalidade e Inovação, Mikhail Cancelier, que considerou preocupante a abertura das câmeras do aplicativo Rota Segura para os estudantes. De acordo com Cancelier, tanto a Constituição quanto o Código Civil defendem que se existe



interesse público nas questões relacionadas à segurança, a instalação de câmeras é permitida. Porém, a liberação do acesso para todos que possuem um IDUFSC significaria dar poder de vigilância para pessoas não capacitadas. O professor comentou que, ao tomar conhecimento do aplicativo pela equipe do *Zero*, conversou rapidamente com Oliveira. Depois dessa conversa, o diretor da SSI informou que iria repensar o aplicativo.

1º de abril

Os repórteres do *Zero* conversaram com o chefe de gabinete, para confirmar se o Rota Segura seguiria como conversado com Oliveira. Moraes, porém, disse que pode ter existido um equívoco por parte da repórter do UOL ou que Oliveira pode ter se expressado mal, mas o acesso às câmeras da UFSC pelos alunos nunca foi dado como certo; era apenas uma possibilidade do sistema. Ele reiterou que o Rota Segura é sobre caminhos iluminados, acessibilidade e vigilância.

3 de abril

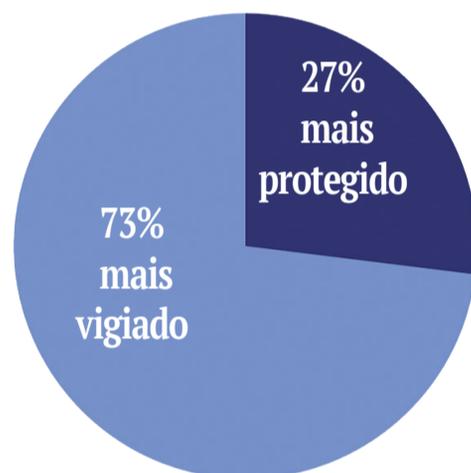
Oliveira afirmou que, em conversa com Mikhail Cancelier no dia 29 de março, percebeu que a abertura das imagens poderia violar o direito de privacidade dos alunos e de quem circula pelo campus. Conforme Oliveira, há 90% de chance de o aplicativo ser revisto e as imagens serem restritas apenas à equipe de segurança da instituição. A Secretaria de Segurança Institucional garantiu que vai entrar em contato com a Procuradoria Federal para esclarecer a legislação e, possivelmente, decidir pelo cancelamento da ideia inicial.

Segurança?

Para o doutor em Ciências da Comunicação, professor e pesquisador de privacidade e jornalismo do Departamento de Jornalismo da UFSC, Rogério Christofoletti, a linha que separa proteção e vigilância é tênue. “A intenção pode ser a melhor, a mais

nobre, mas é preciso atentar que segurança é algo mais complexo do que plantar centenas de câmeras e colocar alguém para ficar vigiando essas telas”, alertou. O professor destacou que pesquisas internacionais mostram que o uso de câmeras pode até coibir alguns comportamentos desviantes, mas não resolvem o problema completamente. Além disso, argumentou que a visualização das imagens da UFSC por qualquer um que tenha acesso ao sistema de identificação pode ser considerado invasão de privacidade, porque as pessoas têm direito à privacidade e têm seus direitos de imagem. “A rigor, para colocar um sistema como o Rota Segura para funcionar, a UFSC deveria solicitar a autorização das mais de 40 mil pessoas de sua comunidade, sem contar o contingente de pessoas externas

“Você se sentiria mais protegido ou mais vigiado com a liberação do acesso às câmeras por meio do IDUFSC?”



Fonte: Zero

que transitam por ela”, justificou.

O uso de drones e o aplicativo Rota Segura dividiram opiniões dentro do campus. Thales Porto, estudante de Engenharia de Controle e Automação, sente-se mais seguro com as novidades. “As câmeras dão mais proteção. Acredito que minha segurança venha



Qualquer pessoa com IDUFSC teria acesso às imagens de 15 a 20 câmeras do sistema

antes da minha privacidade.” Stephanie Andreon, colega de curso de Porto, ressalta que a universidade é um local público e, por isso, não considera os novos sistemas como invasão de privacidade. Também imagina que, com as medidas, ficaria mais fácil identificar possíveis crimes que estão prestes a acontecer. Para a estudante de Direito, Bruna Pereira, além de considerar invasão de privacidade o acesso às imagens das câmeras por qualquer estudante com IDUFSC, lamenta os alunos não terem sido consultados sobre o aplicativo e o uso dos drones. “A universidade deveria ter falado conosco. Nós transitamos por esse espaço. É uma relação que estabelecemos com eles”, defende. A graduanda do curso de Museologia, Sabrina Montino, opina que as câmeras não impedem assaltos: “Sentiria-me mais segura com um aumento de postes de luz e também de guardas. O campus é muito escuro”.

Na visão do especialista em segurança Eugênio Moretzsohn, tanto as câmeras de vigilância quanto o uso de drones são eficazes. Moretzsohn explicou que as câmeras têm dois papéis importantes: registrar as imagens, armazenando-as para que sirvam como prova em casos de ocorrência e, gerar o alerta para a equipe de segurança em situações anormais. O especialista reforçou que drones são eficientes por serem discretos e ampliarem a capacidade de visualização de grandes áreas, permi-

tindo ao operador uma visão privilegiada. Moretzsohn salientou que a iluminação seria outra medida eficiente para melhorar a segurança. “O sistema de luz precisava ser realmente potencializado. Assaltos à noite são mais comuns e mais perigosos porque costumam acontecer com emprego de arma de fogo, que está fortemente relacionado ao consumo de drogas ilícitas e a violência vem a reboque disso”, garantiu.

Legislação

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) informou que vem trabalhando na regulamentação de drones e que a norma será deliberada nas próximas semanas. Houve uma audiência pública em 2015 e a quantidade de manifestações recebidas no período foi grande, tanto da indústria quanto da sociedade, motivo pelo qual a legislação não foi publicada na época. Segundo a ANAC, quem deseja operar um drone precisa solicitar à agência um pedido de operação que é avaliado e, então, concedido um Certificado de Autorização de Voo Experimental (Cave) ou uma Autorização Especial de Voo, permitindo a operação. Enquanto a regulamentação não está vigente, a legalidade de operação é analisada caso a caso.☺

Lucas Krupacz

lucas.krupacz@gmail.com

Maria Fernanda Salinet

mariafernandasalinet@gmail.com

Jair Quint/Agcom



Custo UFSC pode ultrapassar R\$ 2 mil

Fotos: Pablo Mingoti/Zero

Para se manter no ensino superior os estudantes precisam administrar os gastos e, às vezes, contar com auxílios federais

Após serem aprovados em um curso superior, os estudantes, principalmente aqueles que vêm de outras cidades, precisam adquirir a responsabilidade de controlar as próprias finanças com uma quantia mensal vinda de bolsa auxílio, estágio, dos pais ou parentes. De acordo com uma pesquisa feita pelo economista Leonardo Alonso Rodrigues em sua monografia, 76% dos alunos da UFSC recebem ajuda financeira familiar, sendo que a maior porcentagem do valor da assistência varia entre R\$ 800 e R\$ 1250. Em relação aos benefícios concedidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), as maiores porcentagens são da Isenção do Restaurante Universitário seguido por Bolsa Permanência e auxílio moradia. Uma das formas de evitar dívidas e controlar os gastos durante a graduação é trabalhar com objetivos e planejamentos de curto, médio e longo prazo.

Quando o universitário depende de uma bolsa estudantil, o planejamento deve ser ainda maior, como é o caso de Tamyres Ferri, que saiu de Minas Gerais para cursar Agronomia na UFSC. Ela participa do Programa de Apoio à Permanência ao Estudante e recebe auxílio moradia, além de uma bolsa de R\$ 610, valor que é programado para alimentação, roupas, calçados, lazer e materiais como impressão de textos, livros e itens de papelaria. “Quando falta é complicado, pois não tem a quem recorrer. Já passei por situações como não conseguir imprimir um trabalho”, descreve a aluna. Ela distribui a quantia para o mês inteiro e tenta pesquisar os preços mais em conta no supermercado. “É raro sobrar. Geralmente dá certinho até cair a próxima bolsa. O maior aprendizado, é pensar no dia de amanhã”, admite.

Quem possui ajuda financeira dos pais está um pouco mais tranqui-

lo, pois qualquer emergência, tem a quem pedir ajuda. Izi Izumi, estudante de Farmácia, teve que ir a um hospital particular por causa de um cálculo renal. “Gastei cerca de R\$ 800 e não tinha nem metade disso”, lembra. Izi recebe uma pensão de R\$ 2.000 do pai e R\$ 400 como estudante de iniciação científica. Com essa quantia, ela paga o aluguel, itens farmacêuticos e ainda separa uma quantia para enviar à mãe. Cerca de R\$ 500 é dedicado para alimentação e lazer. A estudante começou a morar sozinha aos 16 anos e com o passar do tempo, aprendeu a anotar os gastos em um caderno. “A maior dificuldade é equilibrar as contas até o final do mês, mas nunca faltou”, destaca. Para economizar, a futura farmacêutica busca alternativas comuns como cozinhar em casa e lavar roupa uma vez por semana.

Quando Camila Haika foi aprovada para o curso de Administração, recebia R\$ 1.300 dos pais e era, no início da graduação, que faltava dinheiro. “Eu esquecia que a conta de luz vinha no final do mês e torrava toda grana antes. Era aí que eu precisava de ajuda dos pais ou negociava com as duas amigas com quem divido o apartamento”, conta. Hoje, Camila recebe R\$ 2.000 para aluguel, materiais para a faculdade, comida e transporte e, como forma de planejamento, utiliza um aplicativo de controle de gastos. Camila consegue fazer com que sobre uma quantia que é depositada em uma poupança para um futuro intercâmbio. A estudante se considera consumista quando se trata de sua alimentação. “Na Trindade tem muitas opções e eu adoro um cafezinho da tarde, mas sempre procuro poupar”, garante. Apesar de já possuir experiência com finanças desde o ensino fundamental, a futura administradora diz que ser universitária e ter que morar longe da família é um aprendizado enorme sobre o real valor do dinheiro.



Izi Izumi costuma anotar as despesas ao longo do mês para não se perder nas contas

O gasto de cada universitário dependerá de vários fatores como a fase e o curso de graduação, além da realidade de cada aluno. Na pesquisa de monografia feita em 2015, o economista Leonardo Alonso Rodrigues faz uma análise das despesas de alguns cursos e percebe que Ciências e Tecnologia de Alimentos possui um gasto médio de R\$ 2302,50 ficando na frente de Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo, Medicina e Odontologia. Matemática está em último lugar dos gastos medianos com R\$ 835. O estudo chega a uma conclusão que o custo de vida médio de um aluno de graduação da UFSC é de R\$ 1417,04.

Em sua experiência como planejadora financeira pessoal e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Myrian Lund percebe que a falta de consciência financeira dos jovens acontece por não ser uma disciplina incluída nas escolas e nem um assunto discutido frequentemente no âmbito familiar. Para ela, o universitário precisa gastar e investir nos sonhos e objetivos e, para isso, é necessário renunciar uma festa ou um produto que deseja comprar. “Por exemplo, é legal tomar chope todo dia com os amigos, mas se você precisa dinheiro, deverá escolher o dia que vai tomar chope. Uma dica é transformar as despesas

mensais em despesas anuais e, fazendo isso, o estudante vai se assustar com o excesso de gastos e começará a poupar com cafezinhos, planos de celular, vai aprender a negociar compras e serviços”, enfoca a professora.

O economista Lino Savian explica que um universitário não necessita ser um especialista para o entendimento de alguns conceitos básicos de finanças. Para os que conseguem economizar uma quantia mensal, Lino indica que o universitário invista. “O Crédito de Depósito Bancário (CDB) pode ser uma ótima escolha para investimentos em médio prazo, aqueles de 3 a 9 anos, por render mais que a caderneta de poupança e ser considerado de baixo risco. Os Títulos do Tesouro Direto, são indicados para a realização dos sonhos de médio e de longo prazo”, esclarece. Já para emergências, ele aconselha separar no mínimo 10% dos rendimentos sem ter de recorrer aos valores poupados para os sonhos. “Sabemos que o período universitário é financeiramente complicado, mas o estudante pode economizar, realizando a eliminação completa do desperdício e da otimização de gastos”, adverte. ☺

Pablo Mingoti

pablongoti@gmail.com



Camila Haika usa aplicativos para controle dos gastos diários



Fonte: Pesquisa IVC-UFSC (2015)

Instabilidade marca gestão da Ebserh no HU

Diretoria justifica emergência fechada e poucos leitos pela falta de funcionários

Fotos: Ana Carolina Thomé/Zero

No dia 3 de março de 2017, Marcos Peireira estava dentro do ônibus UFSC semidireto quando começou a passar mal e ter dificuldades para respirar. O mestrando de química recebeu auxílio de outro passageiro e juntos foram para o Hospital Universitário (HU) em busca de ajuda. No atendimento de emergência, Marcos foi informado de que não havia médicos disponíveis, nem a possibilidade de qualquer atendimento. O hospital estava lotado. E sem ambulâncias.

Por sorte, um agente da Polícia Rodoviária Federal amparou o aluno e o levou até o Centro de Saúde Trindade. O final dessa história poderia ter sido trágico, pois a razão do mal-estar foi uma intoxicação com metanol, um biocombustível altamente inflamável, no laboratório da Universidade no dia anterior. “Qualificaria o atendimento do HU como desumano”, disse o estudante. E ressaltou que, com a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), esperava uma melhora no atendimento, devido às promessas favoráveis à mudança de que já havia escutado. “Me leva a perguntar se alguém com um caso mais grave que o meu não teria passado por um mal pior na hora”.

De 50 hospitais universitários no Brasil, a Ebserh é responsável pela gestão de 39, em que suas respectivas Universidades optaram por assinar contrato com a estatal. A UFSC foi uma das últimas a aderir aos serviços da empresa pública de

“NOS ÚLTIMOS TEMPOS NÓS REALMENTE CHEGAMOS A UM PONTO CRÍTICO”

HEDA MARA SCHMIDT

direito privado e, por aqui, a decisão sobre entregar ou não o HU nas mãos da Ebserh foi bastante debatida por conta de discordâncias internas entre técnicos, alunos e professores. Somente em dezembro de 2015, quatro anos após ser promulgada a Lei Federal nº 12.550 que criou a empresa, o Conselho Universitário (CUn) da UFSC aprovou a adesão. O contrato foi assinado em 16 março de 2016 e acaba de completar um ano.

No plano de reestruturação do HU, feito em abril de 2016, que tem por objetivo estabelecer ações a serem desenvolvidas nos 18 meses iniciais de vigência, ficou definido que a Ebserh é responsável pela ampliação de leitos no prazo de seis meses e pela ampliação dos procedimentos de emergência e consultas. No entanto, segundo o Boletim Estatístico do Movimento Hospitalar (BEMH), o atendimento de emergência vem diminuindo desde o ano passado. O hospital terminou o ano com 11.429 atendimentos feitos em dezembro, e, em 2017, esse número foi para 7.929 e 6.554 em janeiro e fevereiro, respectivamente. O principal motivo da queda é a emergência adulta constantemente fechada por superlotação.

Durante o mês de março, o setor emergencial do HU esteve com cartazes na porta de entrada dizendo que os casos de emergência envolvendo adultos encontravam-se com atendimento suspenso temporariamente. Francielle Cecilia, estu-



Após um ano, EBSEH apresenta bons números, mas atendimentos de emergência contestam eficiência da gestão

dante da UFSC, procurou auxílio em razão de estar com a clavícula quebrada e 40 graus de febre, no dia 10 de março. “Pediram para que eu procurasse outra emergência, porque mesmo com febre alta não seria atendida. Somos simplesmente



Larissa Liz/Zero

Aluno da UFSC não recebeu tratamento urgente no HU

chutados”, relatou a estudante. Nesse dia, o hospital estava prestando serviço de emergência somente para crianças.

A diretora clínica do HU, Heda Mara Schmidt explica que a suspensão do atendimento de casos menos complexos e de usuários que poderiam procurar outras unidades básicas acontece para atender, de forma segura, os pacientes em estado grave. “O objetivo é basicamente que a gente consiga atender com qualidade todos os pacientes que estão ali”, disse a Diretora. No entanto, ela admite: “nos últimos tempos, nós realmente chegamos em um ponto crítico”. Os critérios que determinam a suspensão temporária do atendimento estão previstos no Procedimento Operacional Padrão (POP) que foi elaborado pela administração do Hospital, visando à segurança dos pacientes em atendimento. Além da emergência adulta, o HU possui superlotação na maternidade e na UTI neonatal. No dia 04 de Abril a emergência estava aberta, porém funcionando lentamente, com prioridade para casos mais graves que são



avaliados por enfermeiras. Para aqueles de menor gravidade o tempo de espera é bem maior.

Outro setor que vivencia uma queda de números desde a implantação da Ebserh é o de consultas efetivadas. No plano de reestruturação da unidade, feito após a assinatura do contrato, uma das metas descritas é a de garantir a realização de 9.863 consultas médicas por mês. Nos dois primeiros meses de 2017, o HU não conseguiu atingir esse objetivo. Segundo o Boletim Estatístico do Movimento Hospitalar (BEMH), em janeiro foram realizadas 8.979 consultas e, em fevereiro, o número subiu para 9.579, mas ainda não alcançando a meta proposta. Em 2014, o HU finalizou o ano com 126.622 consultas e em 2016 com 121.379 - uma queda de 4,14%.

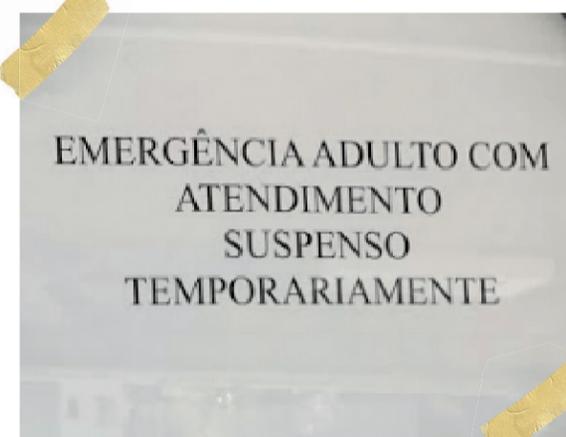
Os principais motivos são de ordem funcional, como afastamentos para tratamento da saúde, aposentadorias e demissões a pedido que o HU vem sofrendo. Apenas em 2016 e início de 2017, aposentaram-se 108 trabalhadores e houve 14 demissões a pedido. Desses trabalhadores, 32 eram médicos. “É muita gente e isso tem um impacto na assistência porque, como não tinha concurso vigente, a gente não tinha como repor esses profissionais”, explica Heda. A admissão para o HU continuará ocorrendo apenas por concurso público, e no dia 21 de março de 2017 foi divulgada a segunda parte do resultado da prova realizada em dezembro do ano passado. Agora, o Hospital aguarda a data de divulgação do resultado final para contratação do quadro de funcionários. A expectativa é o preenchimento de 421 vagas, sendo 119 vagas na área médica, 287 vagas na área assistencial e 15 vagas na área administrativa. “A ideia é que se chame os trabalhadores justamente para as áreas mais críticas em que a gente tem um déficit mais importante e com o principal objetivo da reativação desses leitos como estava planejado. Então ao longo de 2017 a expectativa é a reabertura dos leitos”, conclui a diretora.

Quanto ao número de leitos, a meta no Plano de Reestruturação é a reativação de 65 leitos, sendo 20 de cuidados prolongados, e a implan-

tação de 28 novos leitos clínicos, sendo 7 para saúde mental. O artigo 16 da Lei Federal 12.550 diz que a partir da assinatura do contrato “a Ebserh disporá de prazo de até 1 ano para reativação de leitos e serviço inativos por falta de pessoal”. No HU, esse prazo já terminou e o número de leitos apenas caiu: de 214 em 2014 para 202 em 2016, segundo o BEMH.

A superintendente do HU, Prof^a Maria de Lourdes Rovaris, explica que a abertura de leitos e outros serviços do hospital será proporcional às vagas liberadas do concurso. “Para manter os leitos abertos precisamos de uma equipe multiprofissional mínima”, ressalta. O Hospital tem habilitado 14 leitos de UTI adulto, mas somente de 10 a 12 leitos são mantidos, por falta de colaboradores. Com as futuras contratações, a prioridade será a abertura de leitos de clínica médica, que darão sustentação à emergência adulto, permitindo a transferência de pacientes internados nessa unidade para uma unidade de internação. “Dessa forma, otimizaremos a capacidade operacional da emergência adulto, que hoje vivencia superlotação.”

Segundo a Superintendente, para as soluções desses problemas, o HU tem realizado reuniões

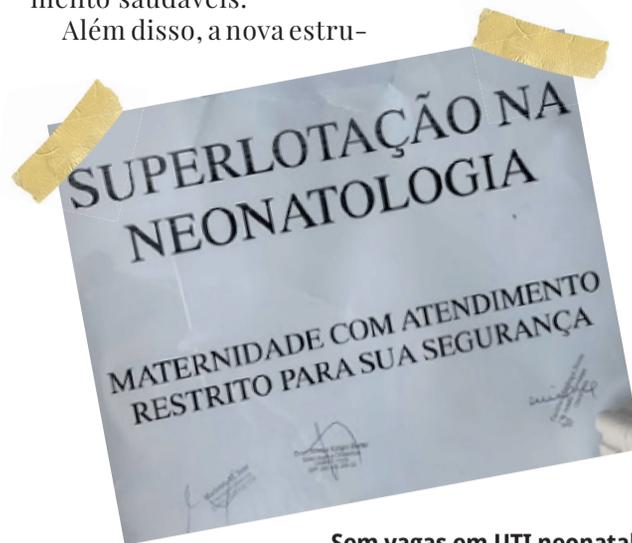


Cartazes foram colados na porta da emergência

com a Central de Regulação Estadual sobre a situação da Emergência. Essa Central foi implantada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) para proporcionar o acesso da população aos serviços de saúde em todos os níveis de atenção, ou seja, atenção básica, média e alta complexidade. Já em relação às superlotações da maternidade, foram retomadas reuniões do Grupo Condutor da Rede Cegonha da Grande Florianópolis, já que essa não é uma situação específica do Hospital. Essa rede contempla cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS) que assegura às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo, atenção humanizada à gravidez, parto e puerpério, garantindo também às crianças o direito

ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Além disso, a nova estru-



Sem vagas em UTI neonatal

tura organizacional prevê a escolha da chefia do Setor de Regulação e Avaliação em Saúde do HU, processo que está sendo feito no momento. Este setor constitui a interface com as Centrais de Regulação para disponibilizar consultas ambulatoriais, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, leitos de internação e buscar vagas de internação. Segundo Maria de Lourdes, também está sendo discutida via videoconferências a retomada do processo de implantação do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU). Segundo o portal do Ministério da Educação, o objetivo do aplicativo é “apoiar a padronização das práticas assistenciais e administrativas dos HU’s Federais e permitir a criação de indicadores nacionais, o que facilitará a adoção de projetos de melhorias comuns para esses hospitais”.

Dentre os que criticavam a adesão da Ebserh, estava o receio de que o HU perderia sua função básica de ser um hospital escola e deixasse de

Colaboradores

2014: 1.798
2016: Serão preenchidas mais 421 vagas a partir do segundo semestre de 2017 referentes ao primeiro concurso público do Hospital Universitário



Consultas efetivadas



Leitos ativos



Internações



Atendimentos de emergência



Cirurgias centro-cirúrgico



Cirurgias ambulatoriais

2014	126.622	214	8.746	74.694	2.699	3.980
2016	121.379	202	9.519	117.868	3.328	13.361

Fonte: Boletim Estatístico do Movimento Hospitalar (BEMH) e Processo n.23080.061734/2015-11

atender 100% pelo SUS. Segundo a superintendente, a prestação de serviços de assistência à saúde permanece 100% no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). “Os pacientes que chegam pelas emergências são atendidos também pelo SUS”, concluiu. Tanto a lei federal quanto o contrato assinado reforçam a assistência ao SUS.

O Hospital também continua subordinado academicamente à universidade e hoje conta com uma Gerência de Ensino e Pesquisa que está em processo de estruturação, diferente do organograma antigo onde havia apenas uma assessoria de ensino e pesquisa. Entre as competências da gerência está a de analisar, fomentar e viabilizar a execução das propostas de ensino, pesquisa e extensão. “A gerência tem mais cargos, é mais robusta e possui esse papel de coordenar o ensino e a pesquisa dentro da Instituição e interligar os departamentos de ensino com serviços assistenciais”, explica a diretora clínica do HU, Heda Mara Schmidt. ☺

IFES COM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS



FASES	IFES	HUFs
TOTAL	35	50
Com contrato	31	39
Sem contrato	03	10
Empresa Pública/RS	01	01

Fonte: <http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/filiais-ebserh>

Ana Carolina Thomé

anacrthome@gmail.com

Larissa Liz

larissafliz@gmail.com

Luana Meira

luanameira@gmail.com

O HU

O Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é o único hospital federal do Estado. Criado para viabilizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, o hospital atende exclusivamente usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Ebserh

A Ebserh é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação e foi criada em 2011 pela Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro, com a justificativa de recuperar os hospitais vinculados à universidades federais. A empresa é o órgão responsável pela gestão do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), atuando na modernização da gestão dos hospitais universitários federais e melhorando a prestação de saúde à população.

Repercussão na UFSC

Em abril de 2015, o Conselho Universitário (CUn) promoveu uma consulta pública para deliberar sobre a possibilidade da adesão da empresa ao HU/UFSC. De um total de 42.314 eleitores aptos, 8.838 (20,89%) compareceram às urnas. Destes, 6.171 votaram contra à adesão (69,82% do comparecimento e 14,58% do total geral) e 2.550 a favor à adesão (28,852% do comparecimento e 6,03% do total geral).

O resultado foi de: 74,44% (não) e 24,90% (sim) entre alunos, 37,94 (não) e 58,51% (sim) entre professoras e 63,34% (não) e 28,67% (sim) entre os servidores técnico-administrativos. O documento “Subsídios ao debate sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh na UFSC”, elaborado por oito membros da comissão contrários à adesão, reconhece o caráter informal da consulta e sua não vinculação com a decisão final.



Pelo menos dois dos 14 leitos de UTI estão fechados



A gestão seria responsável pela ampliação dos procedimentos de emergências e consultas no prazo de seis meses

A adesão

Em 1º de dezembro de 2015, os membros do Conselho Universitário (CUn) da UFSC aprovaram a adesão do HU à Ebserh. Dos 67 integrantes do CUn, 37 participaram da votação nominal, sendo 35 favoráveis e dois contrários ao parecer que sugeria a adesão.

No dia 16 de março de 2016, a UFSC firmou o contrato com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A partir da assinatura do contrato, o HU passou a ser administrado em uma ação conjunta entre a universidade e a Ebserh, com o objetivo de modernizar a gestão da estrutura administrativa, recuperar a infraestrutura física e tecnológica e recompor o quadro de profissionais.

Entre as atribuições assumidas pela empresa estão a coordenação e avaliação da execução das atividades dos hospitais, o apoio técnico à elaboração de instrumentos de melhoria da gestão e a elaboração da matriz de distribuição de recursos para os hospitais.



Hostel familiar no Campeche conta com o trabalho de dois voluntários que vieram conhecer a Ilha de Santa Catarina e trocam hospedagem e trabalho por alimentação

Portas se abrem ao turismo colaborativo

Cultura de colaboração ganha adeptos pelo mundo, mas regulamentação ainda é frágil

Carros sem passageiros, quartos vazios, bicicletas enferrujadas no quintal deserto, recursos ociosos que podem tomar vida com a colaboração. Já são milhares de pessoas que têm se aproximado com a ajuda da tecnologia para fazer um turismo mais sustentável. Foi dessa maneira que a gaúcha Camila Boff conseguiu passar um ano em Florianópolis trocando hospedagem por trabalho.

À luz de um ralador, que havia sido transformado em luminária de teto, repousavam duas canecas sobre a mesa. Camila e Fernando desenhavam uma tatuagem e o som de François Muleka dava ritmo ao trabalho. Nos horários livres, Camila tatua com a máquina que ganhou da amiga e com a habilidade que aprendeu durante a estadia no hostel do Campeche. Além disso, Camila cuida da recepção, varre e lava louça, algumas das atividades que ela e outros cinco voluntários fazem durante oito horas, três dias por semana, em troca de hospedagem e café da manhã.

A troca de serviços é uma das várias práticas do que se convencionou chamar de economia colaborativa, que somente no turismo já abrange vários setores. Na esfera do transporte, por exemplo, vemos a colaboração quando alguém oferece ou recebe uma carona. Na hospedagem, oferecer seu sofá a um viajante ou trocar o quarto de um hostel por trabalho, também é colaboração. Além disso, é possível oferecer seu jardim que está ocioso para quem gosta de acampar. A lógica é: ao invés de possuir e acumular, dividir e trocar.

Esse tipo de compartilhamento sempre existiu, a diferença é que, com a tecnologia, encontrar pessoas com interesse em comum ficou mais fácil. Já são inúmeros os aplicativos e sites que propiciam a economia colaborativa. Algumas dessas plataformas possuem algoritmos que facilitam o *match* (combinação) entre quem oferece e quem busca por um serviço, ao usar dados como habilidades de trabalho e fluência de línguas que os usuários fornecem. Além disso, para garantir certa segurança aos usuários, os aplicativos de carona e hospedagem possuem um espaço de *feedback* (retorno). Lá, os viajantes relatam

suas experiências como positivas ou negativas, o que permite que a comunidade se comunique e troque informações. Foi por meio de um desses sites que Camila entrou em contato com Daniela Gué, dona de um hostel no Campeche.

Dos fundos da casa, várias risadas preenchiam os relatos de Daniela. A dona do hostel conta como o voluntário tem sede de conhecer e de fazer amizades, como se mostra mais disposto a ajudar, mesmo que às vezes tenha que puxar a orelha de alguns. Mas ela afirma que funciona, que eles são como uma grande família, com direito a fofoca e a briga: “Às vezes vem uma voluntária mais mimada, mas a gente ensina, a pessoa aprende e a mãe agradece.” explica Gué, “O importante é ter uma carga de horário justa para que o voluntário consiga fazer outras coisas.”

Atualmente, não existe nenhuma lei que regula esse tipo de atividade no País, mas já existem espaços que estão discutindo essa questão, como o Seminário sobre o Impacto da Economia Colaborativa no Turismo que aconteceu em dezembro. O presidente da Ctur (Comissão de Turismo), Deputado Herculano Passos (PSD/SP), falou que regulamentar os negócios que funcionam de forma colaborativa é um grande desafio, pois essa nova maneira de consumo não se enquadra na maior parte das previsões do arcabouço legal. Para resolver essa questão, os deputados querem criar a Comissão Especial do Marco Regulatório da Economia Colaborativa, com a finalidade de debater modelos internacionais que vêm dando certo e que podem servir de diretriz para a regulamentação no Brasil.

Ano passado, Nova York, Estados Unidos, protestava a favor da regulamentação dos aluguéis informais, quando foi assinado a lei que proíbe a locação de imóveis familiares por menos de 30 dias. Algo semelhante aconteceu em Berlim, Alemanha, em 2014, quando foi decretada a restrição que obriga os imóveis anuncia-

dos em plataformas como o Airbnb a estarem cadastrados na prefeitura, e que também proíbe o anúncio de mais de 50% da área do imóvel. A polêmica desse tipo de plataforma, que permite aos indivíduos alugar o todo ou parte do imóvel, não é novidade, já que há mais de seis anos a *startup* foi acusada por autoridades nos Estados Unidos de evitar impostos e violar códigos locais sobre aluguel de hospedagem.

Os modelos de regulamentação da economia colaborativa, até então, têm tratado de plataformas como o Airbnb, mas para o presidente da Abih (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), Dilson Fonseca, o Airbnb não faz parte da economia colaborativa. Durante o Seminário sobre o Impacto da Economia Colaborativa no Turismo, Dilson pontuou que “Nós temos que definir se a locação de imóvel é amadora ou profissional. Se o cara está usando o quarto dentro do seu apartamento é economia colaborativa, se o cara tem 20 apartamentos sem pagar imposto pro Brasil é atividade irregular”.

O desenvolvedor da plataforma Worldpackers, Ricardo Lima, conta que nunca tiveram problemas com a fiscalização. Ricardo conheceu Eric em um

hostel em San Diego, Estados Unidos, Eric abriu a equipe do seu hostel para voluntários e Ricardo era um deles. Para Ricardo, trocar hospedagem por trabalho era bom, pois ele aprendia línguas e se sentia útil no lugar. Entretanto, Ricardo precisava bater de porta em porta para

procurar acomodação, ele sentia que faltava uma plataforma que fizesse isso. Os dois, então, resolveram lançar o site que hoje conta com uma comunidade de quase 500 mil pessoas e que mediou a troca de 300 mil noites ano passado.

Apesar de essa ser uma prática que acontece no mundo todo, no Brasil, bem como em outros países, trabalhar sem carteira assinada é ilegal. Mesmo se a pessoa for trabalhar por apenas um mês, “todo trabalhador precisa de carteira assinada ou um contrato de

“NÃO PODEMOS LUTAR CONTRA ALGO QUE É NATURAL E FAZ SENTIDO”

HERCULANO PASSOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO

experiência de 30 ou 90 dias”, esclarece o presidente do Sitratuh (Sindicato dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade), Anésio Schneider. Ele ainda ressalta que a regra também vale para os estrangeiros, desde que estejam legais dentro do país. Os critérios para o trabalho regular são carga horária fixa, piso mínimo da categoria, respeitar as leis trabalhistas, ou seja, se enquadrar às regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Segundo Anésio, os aspectos negativos de não estar de acordo com a CLT é não contribuir com impostos, ou com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e nem contar com a garantia de segurança do trabalhador. Assim, os sites que mediam as trocas de trabalho por hospedagem estão sujeitos a multa e cabe ao Ministério do Trabalho realizar o serviço de fiscalização.

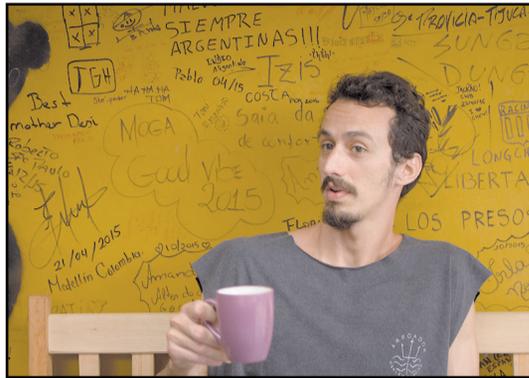
Segundo a Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho em Santa Catarina, Ester Barbosa, ela nunca recebeu uma denúncia relacionada a esse tipo de atividade. Contudo, mesmo o trabalho sendo irregular, é possível buscar ajuda judicial se houver algum abuso por parte do superior até 2 anos após o ocorrido, o importante é coletar todas as provas possíveis da situação, como gravações e testemunhas. A denúncia pode ser realizada através da central de atendimento Alô Trabalho (número 158), canal de comunicação entre o cidadão e o poder público, onde também podem ser obtidas informações sobre os serviços e programas do ministério do Trabalho.

Existem algumas plataformas que oferecem uma espécie de seguro, como é o caso do Worldpackers, que cobre até três dias de hospedagem em outro lugar, caso aconteça algum problema. Apesar disso, o site não é gratuito, existe uma taxa de até 40 dólares para se inscrever como voluntário, tarifa que varia

pela localização e pela quantidade de procura pelo local. E não é qualquer propriedade que consegue entrar no site, os donos precisam se submeter a uma vistoria, onde é checado seu perfil completo, histórico e, muitas vezes, precisam receber uma pessoa do Worldpacker para verificar o lugar.

serviço prestado para entidade governamental ou privada, sendo que estas devem não ter fim lucrativo e ser voltadas para objetivos públicos. Normalmente, as partes que participam desse tipo de relação (troca de mão de obra por bens e serviços) estão cientes dos riscos, mas as leis dão segurança jurídica às partes, alerta o presidente da Ctur para a necessidade da regulamentação, e acrescenta: “É importante que as pessoas tenham liberdade para fazer escolhas deste tipo, não podemos lutar contra algo que é natural e faz sentido”. Camila tem noção dos seus direitos: “Minha mãe acha que eu deveria me preocupar, até falou que eu não ia contribuir com o INPS e eu disse: mãe, vou me aposentar quando?” riu Camila.

Sentado no banco que ele mesmo pintou, o colega de Camila, Fernando de Moura Lobo toma café e fala sobre sua rotina. Há 5 meses no hostel fazendo Nightshift, cuida do espaço a noite, faz check in e check out, dá uma geral, limpa, varre, zela pela hora do silêncio. Nos horários livres, Fernando trabalha em um quiosque de açaí: “A grana de reserva tava chegando ao fim e eu precisei arrumar um bico, mas como todo mundo é uma família, ninguém passa fome, só não vai ter grana pra tomar uma birita.” É a primeira vez dele fazendo turismo colaborativo, “Eu queria morar no litoral já fazia 10 anos, se não fosse esse esquema eu estaria em São Paulo até hoje”, conta Fernando. A dificuldade de se morar em um hostel é que aparecem pessoas de todos os cantos do mundo, explica, cada um com sua cultura, algumas fáceis e outras mais difíceis de lidar. O ponto positivo é que é uma forma de pensar diferente do sistema, relata Fernando: “Você fica mais criativo e mais solto, conhece pessoas, troca experiências, abre a cabeça.”



Experiência positiva faz com que viajantes fiquem mais tempo do que o planejado

Nos hostels, os “voluntários” são assim chamados devido a compreensão dos participantes de que o trabalho é informal e de comum acordo. Contudo, se tratarmos do termo “voluntariado” pela legislação, a definição não se encaixa, já que nesse caso as normas da CLT não são aplicáveis. Pela lei de número 9.608/1996, o trabalho voluntário é definido como

ficuldade de se morar em um hostel é que aparecem pessoas de todos os cantos do mundo, explica, cada um com sua cultura, algumas fáceis e outras mais difíceis de lidar. O ponto positivo é que é uma forma de pensar diferente do sistema, relata Fernando: “Você fica mais criativo e mais solto, conhece pessoas, troca experiências, abre a cabeça.”

Plataformas dão fôlego à economia colaborativa

A economia colaborativa é uma atividade que reduz o período de ociosidade de um recurso, de acordo com o estudo técnico publicado ano passado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Esse tipo de economia não é nova, na verdade, remonta ao primitivo escambo, que foi sendo deixado de lado com o aumento demográfico e a criação da moeda. Mas atualmente, com a popularização dos dispositivos eletrônicos, que permitem a interação entre as pessoas em redes, a economia colaborativa ganhou fôlego. Mesmo que empresas sejam responsáveis pela criação de interfaces, a viabilidade do sistema (pessoa-para-pessoa) depende dos integrantes para realizarem a troca de produtos ou serviços.

Existem vários aplicativos para compartilhar objetos, imóveis, informações, habilidades e até conhecimentos. Em plataformas como Waze, Bora Junto e Blablacar, os usuários obtêm informações sobre transporte. O Waze per-

mite que os motoristas forneçam informações sobre o trânsito em tempo real, além de alertar a existência de radares, policiamentos e acidentes. O Bora Junto auxilia a encontrar alguém para dividir um táxi e o Blablacar, com uma comunidade de 35 milhões de membros, conecta motoristas e passageiros com destinos em comum para racharem o custo da viagem.

Para obter hospedagem de forma colaborativa foram criadas plataformas como Couchsurfing, TrocaCasa e Camping in my Garden. O Couchsurfing é uma comunidade de 14 milhões de pessoas, onde moradores locais oferecem seus sofás a viajantes em mais de 200 mil cidades. O TrocaCasa possibilita as pessoas a trocarem de casa ou de automóveis, além de permitir que você combine com alguém o cuidado de animais e plantas. Já o Camping in my Garden oferece locais

privados para acampar, como um quintal de casa, na praia ou na montanha.

Se você precisa de algo emprestado, o Tem Açúcar pode te socorrer. O objetivo da rede é promover a colaboração entre vizinhos e facilitar o empréstimo de objetos. Mas se o objeto que você quer é um livro, o site Livralivro permite que você troque o seu, por qualquer um dos outros 70 mil livros disponibilizados pelos usuários. Todavia, se a procura é por um serviço, o Bliive é uma plataforma que usa bliives como moeda de troca.

A economia colaborativa é um contraponto ao consumismo insustentável. De acordo com o relatório, esse tipo de atividade pode poupar recursos naturais, diminuir a poluição ambiental, aumentar a diversificação em qualidade e preço de produtos, trazer mais acesso aos recursos e, assim, reduzir as desigualdades sociais. ☺

temaçucar.com
Facilita o empréstimo de objetos entre vizinhos.

trocacasa.com
Pessoas oferecem suas casas para troca, que podem ser simultâneas ou não.

campinginmygarden.com
Oferece locais privados para acampar como quintais de casa, fazendas e praias.

couchsurfing.com
Rede de hospedagem onde locais oferecem seus sofás a viajantes.

blablacar.com
Conecta motoristas e passageiros com destinos em comum, que racham o custo da viagem.

Clara Comandolli

claracomandolli@gmail.com

Daiane Nora

norajornalista@gmail.com

Quando o João-de-Barro decidiu alugar

Moradores de Florianópolis encontram oportunidade de sustento no aluguel de imóveis

Fotos: Wagner Locks/Zero

Dona Zenilda e Seu Alzemiromo começam seu dia por volta das 7h da manhã. Moradores do bairro Pantanal, são proprietários de um pequeno complexo residencial, a cinco minutos da UFSC. Enquanto Zenilda faz café e brinca com a neta, Alzemiromo organiza os materiais de construção que serão usados no dia. Nascidos respectivamente nos municípios de Campo Belo do Sul e Anita Garibaldi, vieram 34 anos atrás em busca de melhores condições de vida para Florianópolis, onde se conheceram, casaram e tiveram cinco filhos. Quando conseguiram seu próprio terreno, construíram não só a casa onde moram, como também pequenos quartos e kitnets, que atualmente são alugados para cerca de 25 estudantes da universidade. “27 anos alugando casa não são 27 dias. A gente já viu muito professor, engenheiro e promotor conseguindo se formar e comprar uma casa própria”, conta Zenilda.

Do outro lado de Florianópolis, no centro da Barra da Lagoa, Seu Ademar conversa com sua filha enquanto varre o corredor estreito ao lado de sua casa, que dá acesso às 11 kitnets alugadas há 43 anos pelo morador do bairro. Manezinho legítimo, viu a cidade crescer pouco a pouco. Começou a investir no ramo de aluguéis quando estava morando fora com a família. “A gente tinha um comércio lá em Santos [litoral de São Paulo] e fomos juntando dinheiro. Quando deu, comprei um terreninho na Barra. Dois anos depois fiquei viúvo, daí voltei para cá e comecei a construir. O pessoal faz muito isso por aqui.” Hoje em dia, Ademar mora num terreno com sua atual esposa, os dois filhos e os outras 15 pessoas, que alugam os quartos disponíveis.

Quem caminha por Florianópolis pode observar diversas placas de imóveis para aluguel. Às vezes o contrato é um aperto de mão. Ademar, Alzemiromo e Zenilda são apenas alguns dos moradores da cidade que viram na falta de habitações baratas uma oportunidade de lucro e sustento mensais. Para dar lugar ao maior número de pessoas possível, moradias de baixo custo são erguidas, empilhadas e divididas pelos próprios proprietários. “O Seu Alzemiromo que constrói tudo, tem síndrome de João-de-Barro, onde dá de puxar uma parede, ele puxa”, conta Zenilda. Ademar também construiu uma boa parte das habitações em seu terreno. Atual-

mente, com 75 anos de idade, faz apenas as manutenções. “Já fiz muita kitnets, as primeiras foram todas eu. Hoje quando tem que construir eu contrato alguém.”

Assim como o João-de-Barro, que ergue seu abrigo utilizando solo úmido, esterco, palha e pequenos galhos, dividindo-o em mais de um cômodo para chocar seus ovos, Alzemiromo e Ademar aprenderam as técnicas de construção ao longo da vida. “Já trabalhei de tudo um pouco. Fui peixeiro, comerciante... Uma época eu via os caras levantando tijolos e construindo, fui ajudando e me aprimorei, daí comecei”. Já Seu Alzemiromo, trabalhou como auxiliar de obras durante 34 anos, desde antes de vir para Florianópolis. Ajudou a erguer vários prédios na região leste da Capital, onde hoje fica o bairro João Paulo. “Eu trabalhava na empresa durante a semana e quando tinha folga me ocupava construindo a nossa primeira casa, lá na Serrinha”, conta.

Síndrome com efeitos colaterais

Diferentemente do João-de-Barro, no entanto, o ser humano pode não ter condições de construir sua própria moradia, e a tal síndrome acaba prejudicando os moradores das habitações sem regulamentação. Apenas em fevereiro, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SMDU) de Florianópolis realizou 963 vistorias a obras denunciadas como irregulares na cidade. Destas, 111 foram embargadas por cometerem algum ato de infração ou estarem construindo sem as devidas licenças.

Os parâmetros avaliados pela secretaria estão estabelecidos na Lei Municipal nº 060/2000, que institui o código de obras e edificações de Florianópolis e as medidas punitivas aos imóveis construídos irregularmente. As penali-

“O SEU ALZEMIRO QUE CONSTRÓI TUDO, TEM SÍNDROME DE JOÃO-DE-BARRO, ONDE DÁ DE PUXAR UMA PAREDE, ELE PUXA”

DONA ZENILDA

dades para as infrações vão desde advertências e multas até o embargo ou mesmo ordem de demolição da construção, dependendo do risco que esteja causando aos seus moradores. Somados ao código de obras, ainda existem os parâmetros para edificações, estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que são de cumprimento obrigatório e estão em constante processo de atualização.

O procedimento de vistoria de obras irregulares em Florianópolis é realizado pelo setor de fiscalização da se-



Segundo dados do IBGE, Florianópolis tem mais de 38 mil moradias para aluguel

cretaria. O protocolo atual estabelece tanto o imóvel denunciado como todos os localizados na mesma rua devem ser vistoriados. Seu Ademar admite não ter realizado os processos de fiscalização junto à Secretaria: “Não tem vistoria não, é só chegar e alugar”.

truções são regularizadas, mas os cômodos novos que vão surgindo acabam não sendo chamados para vistoria”, explica Maiara Abreu, assessora da Secretaria. O estudante de Letras-Alemão da UFSC, Jefferson Michels, por exemplo, mora num cômodo que era uma lavanderia e virou um quarto para três moradores. “Não tinha janela, daí o dono quebrou as paredes e fez dois buracos.”

No Brasil, todos os imóveis para moradia precisam possuir o Habite-se, um documento concedido pelas prefeituras do município onde o edifício está localizado. Para isso, a edificação passa por uma vistoria junto à Vigilância Sanitária. O início de uma obra precisa de uma licença para construção e a finalização precisa do Habite-se para garantir que a licença inicial foi cumprida e a casa está em condições ideais de moradia. Em residências construídas para mais de uma família, como no caso de prédios com apartamentos, é preciso que seja realizada também uma segunda inspeção, desta vez com o corpo de bombeiros. Quanto a isso o passarinho não precisa se preocupar, na casa do João-de-Barro, mora apenas uma família. ☺



Alzemiromo trabalha em toda a construção